

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Sexta Sessão Ordinária

23 - 27 de Janeiro de 2015

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/893(XXVI)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA 7ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS
RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO (COMAI VII)
17 – 18 DE JULHO DE 2014, EZULWINI, SUAZILÂNDIA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 251-115-517 700 Ext. 255

**SÉTIMA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS
RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO**

17 - 18 de Julho de 2014

**Centro de Convenções *Royal Swazi*
Ezulwini, Suazilândia**

COMAI/MIN/RPT (VII)

RELATÓRIO

I. INTRODUÇÃO

1. A Sétima Conferência Africana dos Ministros Responsáveis pela Integração teve lugar de 17 a 18 de Julho de 2014, no Centro de Convenções Royal Swazi, em Ezulwini, Suazilândia.

II. PARTICIPAÇÃO

2. Estiveram presentes os seguintes Estados-membros: África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Cote d'Ivoire, Egipto, Etiópia, Eritreia, Gana, Guiné, Libéria, Malawi, Mali, Maurícias, Namíbia, Quênia, República Árabe Sarauí Democrática, República Democrática do Congo, Ruanda, Suazilândia, Senegal, Seychelles, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. Estiveram igualmente presentes o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA), o Banco Mundial, a Organização Marítima Internacional (OMI), representantes do sector privado e da sociedade civil africana. Junto anexa-se a lista de participantes.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

Discurso de Abertura proferido por S.E Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana

4. No seu discurso de abertura, Sua Excelência a Dr^a. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana (CUA), deu as boas-vindas aos participantes à Sétima Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração (COMAI VII). Agradeceu à Sua Majestade o Rei, ao seu governo e ao povo do Reino da Suazilândia pela hospitalidade concedida a todas as delegações desde a sua chegada e pelas excelentes instalações e preparativos para a realização da Conferência.

5. S. E. a Dr^a. Dlamini Zuma informou à reunião sobre as consultas relativas à Agenda 2063 de África. Afirmou que durante as consultas, os cidadãos africanos de diferentes camadas sociais haviam relacionado as suas aspirações com a África que querem, que seja integrada e próspera, pacífica, democrática e inspirada pelos valores do Pan-africanismo e uma África que assume o seu legítimo lugar no mundo. Observou que a Agenda 2063 constitui um quadro que reuniu os planos continentais, regionais e nacionais, definindo os marcos a ser alcançados em vários intervalos de tempo. A Cimeira da UA realizada em Malabo em Junho de 2014, proporcionou mais tempo para mais consultas com os Estados-membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER), para a conclusão e adopção do quadro e do primeiro plano de acção de dez anos até Janeiro de 2015. Portanto, a

Presidente da CUA apelou aos Ministros responsáveis pela Integração a apresentar as suas contribuições ao projecto de documento - quadro.

6. Sobre o tema da Conferência, S. E. a Dr^a. Dlamini Zuma realçou que o desenvolvimento de infra-estruturas continua a ser fundamental para uma África pacífica e próspera. Nesse contexto, o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA) e os planos directores de infra-estruturas das CER procuram ligar as capitais africanas e os centros comerciais por via rodoviária, ferroviária e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Enfatizou que as infra-estruturas constituem a componente física sem a qual o desenvolvimento económico e social, industrialização, agricultura e comércio intra-africano no continente continuaria a ser lento. Além disso, o investimento em recursos humanos sob a forma de educação e acesso aos serviços básicos e saúde são igualmente importantes.

7. A Presidente da CUA observou que o ritmo de integração continental é lento e que deve ser melhorado para que África possa tirar proveito dos benefícios e das sinergias de integração, incluindo mercados maiores e economias de escala, maior eficiência na alocação dos factores de produção e investimentos e uso mais eficaz das economias. É à luz desta necessidade de acelerar o processo de integração que o continente lançou a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) até 2017. Ademais, S. E. a Dr^a. Dlamini Zuma observou que a Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e a Agenda 2063 de África são factores fundamentais do processo de integração. Contudo, ela realçou que há necessidade de melhorar a mobilização de recursos locais para o desenvolvimento de finanças africanas. Em conclusão, a Presidente da CUA apelou aos Estados-membros, CER e às instituições continentais para que desempenhem o seu papel no motor da integração.

Discurso principal proferido por S. E. o Dr. Sibusiso Barnabas Dlamini, Primeiro-ministro do Reino da Suazilândia

8. O discurso principal foi proferido por S. E. o Dr. Sibusiso Barnabas Dlamini, Primeiro-ministro do Reino da Suazilândia, em nome de Sua Majestade o Rei Mswati III Ingwenyama do Reino da Suazilândia, o qual deu as boas-vindas aos participantes ao Reino de Eswatini e afirmou que foi um prazer acolher a COMAI VII. S.E o Primeiro-ministro agradeceu a União Africana por depositar confiança ao Reino no acolhimento desta importante Conferência, cujos resultados constituem a base para a integração africana.

9. S. E. o Dr. Dlamini referiu-se à promoção de infra-estruturas relacionadas com o comércio em África, incluindo a janela única aduaneira e a utilização das redes aduaneiras informatizadas nos Estados-membros como um meio para integrar, digitalizar e acelerar os procedimentos de desalfandegamento. Enalteceu a escolha do tema, afirmando que era adequado para a aceleração da agenda de integração económica de África. Neste sentido, a adopção do PIDA é relevante

para acelerar o crescimento e aumentar a eficiência, facilitar a integração na economia mundial e melhorar os padrões de vida do continente.

10. Sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e a Agenda 2063 de África, S. E. o Primeiro-ministro do Reino da Suazilândia afirmou que estas proporcionam à África a oportunidade para falar com uma única voz, fortalecendo desta forma o poder de negociação do continente e aumentando a probabilidade da plena integração da posição africana na agenda de desenvolvimento a nível mundial. Afirmou que o Reino de Eswatini apoia a Agenda 2063 e apela para uma acção, um quadro estratégico e um roteiro para alcançar as metas de desenvolvimento do continente. Além disso, proporciona uma oportunidade para África reconquistar o seu poder para determinar o seu próprio destino.

11. S. E. o Primeiro-ministro apelou para a melhoria do comércio intra-africano para que efeitos positivos dos mercados comuns previstos sejam alcançados. Isto requer investimento em infra-estruturas relacionadas com o comércio, incluindo transporte, comunicação e energia aos níveis nacional, regional e continental. Observou que há necessidade de envolver o sector privado a todos os níveis na tomada de decisão em assuntos de política relacionada com o comércio, tendo em conta que isso tem o potencial para promover o comércio intra-africano. O Dr. Dlamini apelou os governos africanos a apoiar pequenas e médias empresas, uma vez que elas constituem a espinha dorsal das economias africanas e têm o potencial para melhorar o investimento local e criar emprego.

12. Concluiu desejando aos participantes deliberações bem-sucedidas e declarou a Conferência oficialmente aberta.

IV. COMPOSIÇÃO DA MESA

13. A reunião constituiu a sua Mesa, da seguinte forma:

- i. Presidente: Suazilândia (África Austral);
- ii. Primeiro Vice-presidente: Gana (África Ocidental);
- iii. Segundo Vice-presidente: RDC (África Central);
- iv. Terceiro Vice-presidente: Tunísia (África do Norte); e
- v. Relator: Tanzânia (África Oriental).

V. ADOPÇÃO DA AGENDA

14. A reunião adoptou a seguinte Agenda:

- i. Cerimónia de Abertura;
- ii. Eleição da Mesa;
- iii. Adopção da Agenda e Organização do Trabalho;
- iv. Relatório de Actividades do Presidente da COMAI VI;

- v. Visão geral sobre o estado de Integração em África e implementação das recomendações da COMAI VI;
- vi. Debates em painel sobre o tema da Conferência: “Infra-estruturas e integração em África”;
- vii. Informação sobre a Posição Comum Africana relativa à Agenda de Desenvolvimento Pós-2015;
- viii. Informação sobre a Agenda 2063 de África;
- ix. Análise e Adopção das Recomendações da Reunião de Peritos;
- x. Diversos;
- xi. Análise e Adopção do Relatório Ministerial;
- xii. Análise e Adopção do Projecto de Declaração Ministerial;
- xiii. Data e Local da Próxima Conferência; e
- xiv. Cerimónia de Encerramento.

VI. PROCEDIMENTOS

15. A reunião foi presidida por Sua Excelência o Príncipe Hlangusemphi Dlamini, Ministro da Planificação Económica e Desenvolvimento da Suazilândia, o qual apresentou os pontos de Agenda, seguidos de debates e recomendações.

a) Relatório de Actividades do Presidente da COMAI VI

16. O Relatório de actividades do Presidente cessante da COMAI VI, S.E. Arvin Boolell, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Integração Regional e Comércio Internacional da República das Maurícias, foi apresentado pelo representante das Maurícias. Na sua apresentação, o representante lembrou as actividades levadas a cabo pelos Estados-membros, CUA, CER e pelos intervenientes, em conformidade com as recomendações da Sexta Sessão da Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração, que teve lugar em Balaclava, Maurícias em Abril de 2013. Recordou, igualmente, o estado de integração do continente e apelou aos Estados-membros e aos intervenientes a implementar de forma eficaz as recomendações, decisões e instrumentos jurídicos relativos ao processo de integração, com vista a acelerar a implementação do Tratado de Abuja.

b) Relatório sobre o Estado de Integração em África e Seguimento da Implementação das Recomendações da Sexta Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração (COMAI VI)

17. Este ponto de agenda foi apresentado por S. E Anthony Maruping, Comissário para os Assuntos Económicos da Comissão da União Africana. A apresentação destacou o estado de integração regional em África e o progresso na implementação das recomendações da Sexta Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela Integração. A apresentação destacou, igualmente, o progresso alcançado na implementação do Tratado de Abuja por cada uma das CER e as etapas seguidas. Referiu que as CER estão a avançar na implementação do Tratado de Abuja em diferentes ritmos. A CAO é a Comunidade mais avançada,

tendo lançado o seu Mercado Comum em 2010. A COMESA lançou a sua União Aduaneira em Junho de 2009. A CEDEAO e a SADC alcançaram progresso na construção das suas ZCL e planificam lançar a sua União Aduaneira em 2015 e 2013, respectivamente. A CEEAC lançou a sua ZCL em 2004, mas está a enfrentar enormes desafios na sua implementação. A UMA, CEN-SAD e IGAD estão a avançar lentamente e ainda estão na etapa de preparação no seio dos seus Estados-membros. Em relação à livre circulação de pessoas, o Comissário para os Assuntos Económicos informou à reunião que foram alcançados enormes resultados em certas regiões tais como: CEDEAO, CAO e AMU; por outro lado, algumas CER nomeadamente a SADC, CEEAC, CEN-SAD, IGAD e COMESA ainda enfrentam desafios na facilitação da circulação de pessoas.

18. Relativamente ao seguimento das recomendações da anterior COMAI, a reunião foi informada que a maior parte das recomendações estão em fase de implementação. Mencionou-se que apesar do progresso alcançado em todos os sectores, África ainda enfrenta várias dificuldades, desde a harmonização de políticas; vontade política inadequada para implementar as decisões da integração; apreensão por parte dos Estados para transferir algumas das suas competências; a ausência/ineficiência dos mecanismos de compensação dos perdedores temporários no processo de integração; a inadequação da integração de infra-estruturas físicas; a falta de apropriação de projectos regionais ao nível da base; falta de apropriação dos programas regionais a nível nacional; recursos financeiros e humanos inadequados.

19. A reunião recebeu informação do representante da COMESA sobre a visão geral da integração na região da COMESA. Neste sentido, a reunião foi informada sobre o progresso alcançado no estabelecimento da Zona de Comércio Livre da COMESA, bem como a criação de mecanismos adequados de prestação de relatórios sobre os Obstáculos Não Pautais (NTB), nomeadamente o mecanismo de prestação de relatórios sobre NTB via *online*. Para facilitar o comércio na região, especialmente a promoção de comércio de pequena escala, a Comunidade adoptou um certificado electrónico de origem e um regime comercial simplificado.

20. A reunião foi, igualmente, informada que a COMESA está a trabalhar em estreita ligação com a CUA e no âmbito do acordo tripartido para avançar na implementação de projectos de infra-estruturas. A Comunidade havia criado instituições fundamentais, tais como o Banco PTA, o Instituto de Produtos de Couro, etc.

21. A reunião recebeu informação do representante da SADC sobre a visão geral da integração na região da SADC. Sobre as questões comerciais, o representante da SADC mencionou que a organização lançou a sua ZCL em 2008 e actualmente 85% dos bens são comercializados com isenção de impostos. A Comunidade está a trabalhar na facilitação comercial bem como na harmonização e procedimentos aduaneiros, na criação de Fronteiras de Paragem Única e na

gestão integrada de fronteiras. A reunião foi, igualmente, informada sobre o progresso alcançado na livre circulação de pessoas na região e o trabalho actualmente em curso para a construção do Espaço Económico da SADC com base na integração financeira e de mercados. Sobre o desenvolvimento de infra-estruturas, referiu que a SADC está a trabalhar em sinergia com as instituições regionais e continentais, especialmente no âmbito do plano director tripartido e o PIDA. Informou que o trabalho está em curso na construção de bases de dados tripartidas e de infra-estruturas de África.

c) Painel de Debate sobre o tema da Conferência: “*Infra-estruturas e Integração em África*”

Sessão I: *Infra-estruturas e Integração: Rastreio do Seu Desempenho Logístico* /

22. Esta sessão foi moderada por S.E. o Sr. Asumani Kiyingi, Ministro dos Negócios Estrangeiros responsável pela Cooperação para a Integração Regional do Uganda. O Dr. Yves Ekoué Amaïzo, Director do Grupo de Reflexão sobre a Afrocentricidade fez uma apresentação sobre as Infra-estruturas e Integração: Rastreio do Seu Desempenho Logístico.

23. O apresentador realçou a necessidade de afastamento do conceito estático para o conceito dinâmico da integração. Observou, igualmente, que a falta de um compromisso financeiro pelos Estados-membros constitui um obstáculo grave para preencher as lacunas de infra-estruturas para a integração regional. Neste contexto, o Dr. Yves Ekoué Amaïzo enfatizou a importância de melhorar e fazer rastreio do desempenho logístico nas infra-estruturas. Apelou, igualmente, para uma melhor eficácia nas despesas públicas dos Estados-membros. Para abordar este problema, identificou várias fontes de financiamento para apoiar a integração regional incluindo: contribuições voluntárias; fundos fiduciários e recursos orçamentais, bem como parcerias públicas e privadas. O Director do Grupo de Reflexão sobre a Afrocentricidade apelou para a reconsideração do papel do Sector Privado Africano na melhoria do desempenho logístico das infra-estruturas. Apelou aos Estados-membros a aumentar a eficiência no processo e na prestação de serviços de infra-estruturas de qualidade. Observou, igualmente, que a melhoria da qualidade dos dados estatísticos era fundamental para avaliar o progresso alcançado na área de integração regional.

Debate

24. Observou-se durante os debates que a integração regional não deve ser medida como um processo linear. Além disso, observou-se que houve progresso significativo na integração regional e que foram efectuados investimentos significativos no desenvolvimento de infra-estruturas. Os delegados realçaram a importância de assumir compromissos financeiros em apoio à Agenda 2063 da UA.

Recomendações

25. A reunião recomendou o seguinte:

- Necessidade de melhorar a capacidade produtiva na área de desenvolvimento de infra-estruturas;
- Necessidade de reformar as leis aduaneiras, comerciais e de investimento; reforçar o corredor de desenvolvimento e melhorar o conteúdo local;
- Necessidade de harmonizar os programas de educação com vista a aprofundar a agenda de integração regional;
- Realçar a importância da adopção de políticas adequadas para promover a integração regional, bem como a remoção dos obstáculos criados pelo homem para a integração regional;
- Necessidade de mobilizar recursos a longo prazo para apoiar o desenvolvimento de infra-estruturas;
- Necessidade de dados estatísticos de qualidade para avaliar o progresso na integração regional;

Sessão II: Desenvolvimento de Infra-estruturas, comércio intra-africano e aceleração da integração em África: Quais são os desafios para África?

26. A sessão foi moderada por S.E. Samuel J. Sitta, Ministro para a Comunidade da África Oriental da Tanzânia. A primeira apresentação foi feita pelo Dr. T. Boubié Bassole da Universidade de Ouaga II, Burkina Faso, sobre os desafios enfrentados pelo desenvolvimento de Infra-estruturas e Integração Regional.

27. O apresentador destacou a importância do desenvolvimento de Infra-estruturas em África para que a integração regional tenha sucesso, tendo afirmado que é, por esta razão, que deve-se levar a cabo iniciativas aos níveis continental e internacional. Contudo, apesar do reconhecimento do papel que as infra-estruturas podem desempenhar, África enfrenta um grande défice nesta área e isso tem prejudicado em grande medida os esforços que estão a ser envidados para o alcance da integração regional e outros objectivos relacionados.

28. O apresentador afirmou, igualmente, que o advento das TIC e de outros novos conceitos tais como a boa governação, o conceito de integração regional foi redefinido para incluir o desenvolvimento de Infra-estruturas em três dimensões: i)

infra-estruturas materiais (infra-estruturas físicas) incluindo o desenvolvimento de transporte regional, redes de energia e de telecomunicação; ii) infra-estruturas não materiais (infra-estruturas imateriais) relacionadas com a remoção de todos os obstáculos não tangíveis para a livre circulação de bens, capital, serviços e mão-de-obra. Isto inclui igualmente os quadros institucionais que visam a promoção da integração de mercados nacionais, e; iii) a dimensão que envolve a acção conjunta para abordar os desafios transfronteiriços que são de natureza regional ou continental tais como a gestão de recursos hídricos, adaptação às alterações climáticas, questões sanitárias transfronteiriças, entre outras.

29. O Dr. Boubie Bassole apresentou a visão geral do estado das infra-estruturas em África e o progresso alcançado recentemente. Baseou-se numa ilustração das infra-estruturas que foram criadas nos países que estão sob a Zona Franco (UEMOA e CEMAC). Fez, igualmente, referência ao progresso alcançado nos objectivos de integração em África. Em comparação, a Zona Franco parece estar significativamente ultrapassada nas realizações alcançadas até aqui.

30. O apresentador afirmou que três grandes desafios em relação às infra-estruturas actualmente constituem a grande parte do financiamento necessário, a boa governação e a dificuldade de adoptar uma abordagem regional para abordar estas questões. Lembrou que os requisitos de financiamento são os seguintes: i) PIDA: 368 mil milhões de \$EU durante o período 2012 - 2040, e ii) um conjunto de 61 projectos e programas no âmbito do Plano de Acção Prioritário do PIDA estimados em 68 mil milhões de \$EU durante o período 2012-2020.

O Dr. B. Bassole informou à Conferência que a curto prazo a solução iria, entre outros aspectos, implicar a obtenção de investimentos privados através de Parcerias Público - Privadas e financiamento inovador e a médio e longo prazos, a criação de instituições financeiras tais como o Banco Africano de Investimentos, a obtenção de recursos financeiros do Fundo Africano de Integração e o Fundo de África 50 no BAD, para apoiar projectos de infra-estruturas.

31. Os outros desafios relacionados com os projectos de infra-estruturas são principalmente a boa governação e a adopção de uma abordagem regional para a implementação de projectos transfronteiriços. Estes projectos requerem que haja um consenso sobre assuntos institucionais, a harmonização de quadros regulamentares e pautais. Requerem, igualmente, o domínio adequado de questões relativas aos custos partilhados e as vantagens derivadas dos projectos.

32. Em suma, o apresentador afirmou que o continente africano ainda não tinha alcançado sucesso na adaptação de infra-estruturas para o alcance dos seus objectivos de integração regional, não obstante as declarações políticas que reconhecem claramente o papel que as infra-estruturas desempenham como um factor fundamental para a integração. O apresentador observou que:

- alcançou-se progresso durante as últimas décadas na promoção da integração;
- contudo, estas realizações continuam a ser insuficientes considerando os vários desafios financeiros e institucionais;
- os principais desafios incluem a fraca mobilização de recursos financeiros, a boa governação e a adopção de uma abordagem regional adequada.

34. Uma segunda apresentação sobre o desenvolvimento de Infra-estruturas, comércio intra-africano e a aceleração da integração em África foi feita pelo Professor Malick Sané, Director do Laboratório de Políticas Comerciais da Universidade de Dakar.

35. Na sua apresentação o Director mencionou que o comércio intra-africano situa-se a cerca de 12%, bem acima do nível intra-regional na Europa, América do Norte e nos países de ASEAN. A reunião foi informada que África enfrenta o grande défice de infra-estruturas (rodoviárias, energéticas, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias...) e menos de um terço da população de África tem acesso a uma estrada transitável durante todo o ano, enquanto os custos de transporte e entrega de bens ao longo do tempo nos corredores são duas a três vezes maiores do que noutras regiões do mundo.

36. Observou que o défice de infra-estruturas é um dos factores principais que impedem o Continente de realizar o seu pleno potencial para o crescimento económico, reduzindo a sua capacidade de concorrência nos mercados mundiais. Realçou que o principal obstáculo para uma integração de mercados mais profundos continua, sem dúvida, a ser os elevados custos que agravaram durante o processo a cadeia de comercialização: transporte e, de forma mais geral, os custos logísticos bem como os custos gerados pelos procedimentos administrativos complexos. Neste sentido, deve-se adoptar uma política proactiva de construção e modernização de infra-estruturas para abordar este problema. Os países devem implementar políticas de facilitação comercial capazes de eliminar os obstáculos ao comércio.

37. Finalmente, observou que as infra-estruturas físicas são apenas parte da solução e que as infra-estruturas imateriais são igualmente importantes, tomando em conta a vasta gama de actividades ligadas às instalações físicas. O regulamento é uma das suas importantes dimensões que também devem encontrar uma expressão regional e continental para limitar os custos de transacção que em parte resultam dos pontos fracos das institucionais nacionais.

Debates

38. A Conferência reconheceu a necessidade de criar um ambiente favorável que visa atrair o sector privado para promover o desenvolvimento de Infra-estruturas, principalmente através das Parcerias Público - Privadas. Contudo, espera-se que os governos explorem todos os possíveis mecanismos de financiamento inovador. Devem, igualmente, ser bons negociadores com o sector privado: 1) garantirem períodos de pagamento de empréstimos mais longos; ii) garantir que o custo a ser gerado pelos consumidores seja fraco tanto quanto possível, tendo em conta o fraco poder de compra no seio das populações.

39. Observou-se que deve-se dar prioridade às infra-estruturas materiais, tais como transporte e energia devido ao seu grande impacto sobre a integração e o desenvolvimento socioeconómico.

Recomendações

40. A Conferência pela aos Estados-membros a:

- Explorar todos os possíveis mecanismos de financiamento inovadores e negociar habilmente com o sector privado para garantir que: i) os períodos de pagamento de empréstimos sejam suficientemente longos; ii) garantir que o custo a cargo dos consumidores seja baixo tanto quanto possível tendo em conta o fraco poder de compra prevalente no seio das populações;
- Tirar vantagem das oportunidades proporcionadas pela Economia Azul, e;
- Encontrar mecanismos adequados para garantir que os fundos da diáspora sejam usados para contribuir para o financiamento de infra-estruturas.

Sessão III: Participação de Negócios Pertencentes às Mulheres nas Iniciativas Africanas de Infra-estruturas Regionais: Uma Avaliação

41. A sessão foi moderada por S. E. o Dr. Elham Mahmoud Ahmed IBRAHIM, Comissário da CUA para Infra-estruturas e Energia. Fez-se uma apresentação sobre a Participação de Negócios Pertencentes às Mulheres nas Iniciativas Africanas de Infra-estruturas Regionais: A Dr^a. Nathalie CHINJE, Fundadora e Directora de *Upbeat Marketing* fez uma avaliação.

42. A apresentadora informou aos participantes que foram realizados vários estudos que realçam os desafios que os negócios pertencentes às mulheres

enfrentam, incluindo o acesso limitado aos mercados. Observou que os negócios pertencentes às mulheres devem desempenhar um papel no crescimento económico transformador, acelerado e sustentado de África. Citou algumas iniciativas nas quais os negócios pertencentes às mulheres poderiam participar, incluindo o PIDA que previa investir cerca de 360 mil milhões de \$EU até o ano de 2040. Contudo, a Dr^a. Nathalie CHINJE observou que a maior parte dos negócios pertencentes às mulheres não foram suficientemente capacitados para participar em sectores tais como transporte/logística e energia, principalmente devido aos conhecimentos limitados das iniciativas africanas de infra-estruturas regionais e a falta de financiamento adequado.

Debate

43. Os participantes manifestaram o seu apoio à participação dos negócios pertencentes às mulheres nas iniciativas africanas de infra-estruturas regionais, afirmando que as mulheres são os motores da economia. Advertiram que as mulheres no sector informal não devem ser excluídas, citando alguns obstáculos *ad hoc* que podem ter impacto sobre a sua produtividade, incluindo os riscos que os comerciantes transfronteiriços enfrentam. Os participantes observaram ainda que o envolvimento das mulheres no sector de transporte/logística requer a abertura de serviços de infra-estruturas no continente. A reunião observou a necessidade de ter mais representantes de mulheres no Parlamento e em posições de tomada de decisão nos Governos, para que possam influenciar a legislação e as políticas que promovem a capacitação da mulher.

Recomendações

44. Foram apresentadas as seguintes recomendações:

i. Solicitar a CUA a:

- Incentivar a participação das mulheres no PIDA como primeiros, segundos ou terceiros fornecedores;
- Criar uma base de dados de negócios pertencentes às mulheres em África nos sectores de energia, TIC, transporte e água e certificar os referidos negócios;
- Capacitar as mulheres em negócios nos sectores acima mencionados;
- Elaborar políticas de *procurement* preferenciais que incentivam a procura de bens e serviços das mulheres no negócio;
- Desenvolver mecanismos de negócios pertencentes às mulheres relativos ao PIDA para a monitorização e avaliação da participação

de negócios pertencentes às mulheres no desenvolvimento económico;

- Desenvolver legislação em apoio à acção afirmativa para os negócios pertencentes às mulheres.
- ii. Apelar os Estados-membros a garantir a implementação do Protocolo e as Políticas da União Africana na capacitação das mulheres, em particular a representação de 30% das mulheres no Parlamento e em cargos de tomada de decisão.

a) Agenda 2063 de África

45. A apresentação sobre o processo da Agenda 2063 foi feita pelo Sr. Mandela Mandolsa da Comissão da União Africana. O apresentador deu os destaques principais da génese do processo da Agenda 2063, metodologia, objectivos gerais, os principais factores impulsionadores e a arquitectura de implementação. Informou à reunião que o processo da Agenda 2063 iniciou no contexto do 50º Aniversário das celebrações da fundação da OUA/UA onde a 21ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adoptou uma Declaração Solene que, entre outros aspectos, assumiu o seu compromisso de fazer progresso em África nos próximos 50 anos. Para implementar esta decisão, a CUA participou no processo consultivo amplo com uma variedade de intervenientes africanos a todos os níveis para determinar “o futuro que os africanos querem em 2063”. Isto foi seguido por um processo técnico que envolveu uma análise detalhada e técnica da situação da qual foi elaborado o projecto de documento – quadro da Agenda 2063.

46. A Agenda 2063 é um quadro estratégico para a transformação socioeconómica do continente durante os próximos 50 anos, que constitui a base e procura acelerar a implementação das iniciativas do passado e existentes do continente para o crescimento e desenvolvimento sustentáveis. O documento – quadro inclui objectivos que representam as principais aspirações dos intervenientes africanos resultantes das consultas. Neste sentido, os africanos aspiram por:

- África como um actor forte e influente e parceiro a nível mundial
- Um continente que aspira por um desenvolvimento centrado nas pessoas
- Uma África próspera
- Um continente politicamente unido e integrado
- Uma África pacífica e segura
- Uma África com uma forte identidade cultural e valores
- Uma sociedade democrática que cumpre plenamente com os princípios de boa governação, justiça, estado de direito e direitos humanos.

47. A Agenda 2063 será acompanhada por um mecanismo de implementação robusto, com quadros de monitorização e avaliação baseados num forte sistema de gestão de conhecimentos que melhoram a qualidade dos serviços prestados. A Agenda 2063 irá, igualmente, proporcionar uma clara definição dos papéis de cada interveniente, incluindo as CER, os Estados-membros, a Sociedade Civil e o Sector Privado na formulação e implementação. A reunião foi informada que as consultas alcançaram uma etapa bastante crítica onde os Estados-membros realizaram consultas nacionais sobre o projecto de documento da Agenda 2063 e que o prazo para a submissão das suas contribuições é 31 de Outubro de 2014. A Comissão da União Africana, em colaboração com a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) irão posteriormente concluir o documento para submissão durante as reuniões dos Órgãos de Decisão da UA em Janeiro de 2015.

d) Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

48. A apresentação relativa à Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 foi feita por S. E Anthony Maruping, Comissário para os Assuntos Económicos da CUA. A reunião foi informada que África está avançada em relação às outras regiões do mundo no desenvolvimento da sua própria posição sobre Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. O processo iniciou em 2012. Para implementar esta decisão, a CUA participou em consultas com os Intervenientes africanos para determinar as suas aspirações sobre a agenda que o mundo deve seguir após os ODM. Com base nas aspirações manifestadas por um espectro amplo de intervenientes africanos e uma análise detalhada e técnica, elaborou-se um projecto de documento da Posição Comum Africana sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (CAP), o qual foi adoptado pela 22ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana realizada em Adis Abeba, de 30 a 31 de Janeiro de 2014. A Posição Comum Africana está baseada em seis pilares, nomeadamente: (i) Transformação Estrutural e o Crescimento Inclusivo; (ii) Ciência, Tecnologia e Inovação; (iii) Desenvolvimento Centrado nas Pessoas; (iv) Sustentabilidade Ambiental, Gestão de Recursos Naturais e Calamidades; (v) Paz e Segurança; (vi) Finanças e Parcerias.

49. O desenvolvimento da Posição Comum Africana é liderado pelo Comité de Alto Nível (HLC) dos Dez Presidentes representando as cinco regiões do continente, nomeadamente: (i) África Austral - Namíbia e África do Sul; (ii) África Oriental - Etiópia e Maurícias; (iii) África Central - Congo e Chade; (iv) África Ocidental - Libéria e Guiné; (v) África do Norte - Argélia e Mauritânia. O HLC é presidido por S.E a Presidente Helen Johnson Sirleaf da Libéria.

50. Como parte do processo de popularização, a Posição Comum Africana foi lançada oficialmente em Ndjamena, Chade, no dia 28 de Fevereiro de 2014 pelo HLC. A Presidente do HLC, S.E Presidente Sirleaf lançou igualmente a Posição Comum Africana a nível nacional em Monróvia, Libéria, no dia 26 de Maio de 2014, aos intervenientes da Libéria. A Presidente da Libéria apresentou, igualmente, a Posição Comum Africana durante a Sétima Conferência Conjunta da União Africana dos

Ministros das Finanças e a Comissão Económica das Nações Unidas para a Conferência Africana dos Ministros das Finanças e Desenvolvimento Económico realizada no dia 29 de Março de 2014 em Abuja, Nigéria. A Presidente da CUA, S.E a Dr^a. Nkosazana Dlamini Zuma apresentou a Posição Comum Africana à margem da Conferência Ministerial do Movimento dos Não Alinhados na Argélia, no dia 29 de Maio. S.E a Dr^a. Nkosazana Zuma lançou, igualmente, a Posição Comum Africana em Adis Abeba na presença de toda a Comunidade Diplomática Africana e Não Africana, organizações internacionais, Agências das Nações Unidas e Organizações da Sociedade Civil.

51. Foi organizado um retiro de 25 a 26 de Abril de 2014, em Nova Iorque para o Grupo de Embaixadores Africanos e Representantes Permanentes para reforçar a apropriação e garantir que o grupo fale com uma única voz quando as negociações inter-governamentais iniciarem na Sede das Nações Unidas. Reuniões semelhantes foram realizadas em Genebra, Bruxelas e Washington.

52. Uma revisão do trabalho do Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da CUA revelou que os elementos da Posição Comum Africana foram captados de forma adequada e significativa no actual conjunto dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG).

Recomendações

53. A reunião recomendou que:

- i. A CUA tome as medidas necessárias para garantir a ampla disseminação e popularização da Agenda 2063 e a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 a todos os níveis (Continental, Regional e Nacional) e a todos os intervenientes, especialmente para replicar estes instrumentos ao nível da base e cimentar a apropriação destes importantes instrumentos de África. A CUA deve desenvolver uma estratégia de comunicação sobre a Agenda 2063 que inclui, entre outros aspectos, a disseminação de mensagens através da Rádio, TV e outros canais;
- ii. Se apele aos Estados-membros a realizar consultas nacionais com vista a enriquecer o documento da Agenda 2063, uma vez que ainda constitui trabalho em curso e submeter as contribuições à CUA até 31 de Outubro de 2014, conforme foi solicitado pelo Conselho Executivo em Malabo, em Junho de 2014. Os Workshops Nacionais devem, igualmente, identificar medidas concretas para garantir as ligações entre a Agenda 2063 e os planos de desenvolvimento nacional dos Estados-membros;
- iii. Apelar aos Estados-membros a manifestar um forte compromisso financeiro para garantir a plena implementação da Agenda 2063;

- iv. A CUA e os Estados-membros deve facilitar uma estrutura educacional forte, harmonizar os programas de ensino e criar uma Autoridade Africana de Qualificação para garantir uma revolução de competências e incentivar os três movimentos de estudantes e jovens.
- v. A CUA deve garantir um Quadro de Monitorização e Avaliação robusto ligado aos Estados-membros, com vista a garantir um acompanhamento eficaz do progresso da implementação da Agenda 2063;
- vi. Apelar aos Estados-membros a efectuar arranjos institucionais adequados (ex. Unidade Nacional nos devidos Ministérios) a garantir visibilidade da Agenda 2063 e criar um quadro de apoio adequado;
- vii. A CUA deve garantir que a Agenda 2063 proporcione um quadro coerente e abrangente que integre todos os programas regionais e continentais (ex. PIDA, CADDP, PCIA/ZCLC, etc.);
- viii. Apelar aos Estados-membros a tomar as medidas necessárias para a supressão dos requisitos do visto de entrada para os cidadãos africanos e trabalhar com vista a emitir o Passaporte Africano.

VII. ANÁLISE E ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DE PERITOS

54. A Conferência analisou o Relatório da Reunião de Peritos e endossou as recomendações formuladas.

VII. DIVERSOS

55. Não foi colocada nenhuma questão neste ponto.

VIII. ANÁLISE E ADOÇÃO DO RELATÓRIO

56. A Conferência adoptou este relatório com alterações.

IX. ADOÇÃO DA DECLARAÇÃO MINISTERIAL

57. A Conferência analisou e adoptou a sua Declaração com alterações.

X. ENCERRAMENTO

58. O Comissário para os Assuntos Económicos, S. E. o Dr. Anthony Maruping proferiu o discurso de encerramento em nome de S. E. a Dr^a. Nkosazana Dlamini Zuma. Lembrou as recomendações e resoluções apresentadas durante a Conferência e incentivou os participantes a manter-se comprometidos com a sua implementação. Em particular, observou a importância da mobilização de recursos para apoiar o

desenvolvimento de infra-estruturas e a integração regional. Enfatizou o papel fundamental que as mulheres desempenham no alcance dos objectivos gerais de uma África integrada, próspera e pacífica. Concluiu agradecendo à Sua Majestade o Rei Mswati III, ao Governo e ao povo do Reino da Suazilândia por terem acolhido a COMAI VII com sucesso.

59. No seu discurso de encerramento, S.E o Príncipe Hlangusemphi Dlamini, Ministro da Planificação Económica e Desenvolvimento da Suazilândia, Presidente da Conferência, realçou que ao aceitar acolher a Conferência foi a manifestação do compromisso do Governo e do povo do Reino da Suazilândia para a emancipação económica e desenvolvimento de África através, entre outros aspectos, da integração das suas economias e povos.

60. Agradeceu em nome da Suazilândia a todas as delegações por terem honrado o convite para participar na Conferência, bem como pela sua franqueza e abertura durante os debates e que contribuíram para o alcance de resultados tangíveis. Apelou aos Estados-membros a associar todos os intervenientes, nomeadamente o Sector Privado, a Juventude e os Meios de Comunicação Social no processo de tomada de decisão e para implementar de forma séria e eficaz as recomendações da Conferência em prol de uma integração rápida e bem-sucedida do Continente.

EX.CL/893 (XXVI)
ANEXO

**DECLARAÇÃO DA SÉTIMA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO**

EZULWINI, SUAZILÂNDIA

EA12810
AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telefone 517 700 Cabos: OAU, ADDIS ABABA

**SÉTIMA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS RESPONSÁVEIS PELA INTEGRAÇÃO**
17 a 18 de Julho de 2014
Centro de Convenções *Royal Swazi*
Ezulwini, Suazilândia

COMAI/Decl. (VII)

DECLARAÇÃO

Nós, os Ministros Africanos Responsáveis pela Integração, reunidos na nossa Sétima Conferência Ordinária no Centro de Convenções *Royal Swazi*, em Ezulwini, Suazilândia, de 17 a 18 de Julho de 2014,

Recordando os compromissos dos Chefes de Estado e de Governo para o desenvolvimento e integração do nosso continente, conforme está estipulado no Acto Constitutivo da União Africana (2000), o Tratado que institui a Comunidade Económica Africana (AEC), de 1991, a Declaração de Sirte de 9 de Setembro de 1999 e a Declaração de Acra de Julho de 2007,

Considerando as Decisões Assembly/AU/Dec.112 (VII) e Assembly/AU/Dec.113 (VII) da Sétima Sessão Ordinária da Conferência da União Africana sobre a moratória de reconhecimento das CER e da institucionalização da nossa Conferência, respectivamente,

Recordando ainda a recomendação dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração durante a sua terceira Conferência, convidando os Estados-Membros que ainda não o fizeram a estabelecerem uma estrutura para lidar com as questões da integração,

Tendo em conta a decisão conjunta EAC-COMESA e da Cimeira dos Chefes de Estado da SADC de Junho de 2011 do lançamento das negociações Tripartidas da Zona de Comércio Livre (ZCL) e a vontade de estabelecer rapidamente uma Zona de Comércio Livre, integrando as três Comunidades,

Considerando as Decisões da Conferência, Assembly/AU/Dec.392 (XVIII) e Assembly/AU/Dec.394 (XVIII), respectivamente, sobre a formação de um Segundo Bloco das CERs combinadas e de estabelecer uma Zona Continental de Comércio Livre (CFTA) por uma data indicativa de 2017,

Determinados a acelerar o processo de integração em conformidade com as decisões pertinentes dos nossos Chefes de Estado e de Governo e das aspirações dos nossos povos,

Tendo tomado nota das recomendações contidas no Relatório da Reunião de Peritos,

Tendo deliberado sobre o tema "Integração e Infra-estruturas em África", e

Manifestando satisfação com a natureza franca e cordial das nossas deliberações,

Integração e Infra-estruturas em África

i. **Apelamos** aos Estados-Membros a:

- Apropriar o financiamento do PIDA, particularmente, mobilizar recursos internos para a preparação e implementação de projectos;

- Abordar os desafios associados com a administração da implementação de PIDA, tais como Monitorização, Avaliação e sistema de comunicação, a fim de assegurar uma maior visibilidade;
- Estabelecer unidades de PPP ao nível nacional, regional e continental, no sentido de conceptualizar, elaborar e mobilizar recursos para a implementação de projectos de integração de infra-estruturas;
- Facilitar o financiamento de projectos de infra-estruturas através da mobilização de recursos dos mercados financeiros;
- Priorizar infra-estruturas relacionadas com o comércio, incluindo transportes e medidas de facilitação do comércio, tais como, Postos Fronteiriços de Paragem Única, projectos de eficiência de fronteira e sistemas integrados de gestão das fronteiras nos seus planos de desenvolvimento nacionais;
- Garantir a implementação do Protocolo da União Africana e as políticas sobre o empoderamento das Mulheres, em particular, a representação de 30% de Mulheres no Parlamento e nas posições de tomada de decisão.

ii. **Solicitamos** a CUA, em cooperação com os intervenientes relevantes a:

- Ajudar os Estados Membros no estabelecimento de quadros institucionais jurídicos, económicos e financeiros para as unidades de PPPs;
- Desenvolver projectos específicos de infra-estruturas para os países sem litoral, das zonas costeiras, e Insulares;
- Desenvolver uma estratégia de comunicação para popularizar a implementação do PIDA;
- Apoiar as ferramentas eléctricas regionais com vista a assegurar que o continente seja auto-suficiente em matéria de energia;
- Envolver-se de forma interactiva com o Sector Privado, Ciência, indústria de Engenharia Tecnológica (CET), e outros intervenientes a fim de avaliar e quantificar para cada um dos Projectos Prioritários identificados de PAP, o número qualificado de pessoal no domínio da CET que será necessário para a implementação efectiva destes projectos, e em seguida, definir metas e trabalhar junto com a indústria CET, academia e outros intervenientes, para acelerar a formação,

crescimento e desenvolvimento do capital humano indispensável e pessoal qualificado necessário em África;

- Realizar uma avaliação da execução do PIDA, de modo a destacar as causas do atraso entre as decisões políticas e sua implementação que é exemplificado pela falta e/ou não cumprimento de regras comuns. O exercício deve levar igualmente à identificação de possíveis medidas correctivas;
 - Incentivar a participação das mulheres no PIDA como fornecedores do primeiro, segundo ou terceiro plano;
 - Criar uma base de dados de empresas de propriedade de mulheres em África, nas áreas de energia, TIC, transportes e água e certificar essas empresas;
 - Desenvolver capacidades para as mulheres em negócios dos sectores acima mencionados;
 - Aprovar políticas de aprovisionamento preferencial que incentivam a terceirização de bens e serviços das mulheres no mundo de negócios;
 - Desenvolver métricas de PIDA de negócios pertencentes às mulheres para um melhor acompanhamento e avaliação da participação das empresas pertencentes à mulheres no desenvolvimento económico;
 - Desenvolver legislação em apoio à acção afirmativa para as empresas pertencentes à mulheres.
- iii. **Instamos** os Estados-membros e outros intervenientes envolvidos a possuir e implementar os resultados da Cimeira de Financiamento de Dacar, realizada nos dias 14 e 15 de Junho de 2014, em especial a Agenda de Acção de Dacar, aprovada pela XXIII Conferência da União Africana, realizada em 26-27 de Junho de 2014, em Malabo.

Relatório sobre o Estado da Integração em África e de Acompanhamento da Implementação das Recomendações da Sexta Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pela Integração (COMAI VI)

i. **Solicitamos** aos Estados-membros a:

- Promover e facilitar a formação de funcionários dos Estados-membros e das CER na integração regional, entre outros, no âmbito da Universidade Pan-Africana da UA;

- Assegurar que as consultas em curso com os Estados-membros sobre as fontes alternativas de financiamento, através dos Ministros Africanos da Economia e Finanças sejam concluídas e um relatório será apresentado aos Chefes de Estado e de Governo;
- Racionalizar decisões tomadas na Cimeira da UA e estudar a sua aplicabilidade para a implementação. A este respeito, a CUA é igualmente solicitada a desenvolver um mecanismo de monitorização e avaliação, em todos os níveis, para a implementação da decisão da UA.

ii. **Instamos** aos Estados-membros a:

- Ratificar tratados e protocolos da UA e domesticá-los para a harmonização de políticas a nível nacional;
- Acelerar o processo de integração através de transferência gradual de algumas competências para os órgãos regionais e continentais;
- Emular as melhores práticas e modelos bem-sucedidos de integração existentes nas diversas regiões da África;
- Trabalhar no sentido de encontrar uma solução adequada para a questão da livre circulação de pessoas, bens e serviços, com vista a promover o crescimento e desenvolvimento em África;
- Implementar a decisão da UA solicitando os Estados-membros a criar Ministérios/Departamentos responsáveis pela Integração Regional.

iii. **Convidamos** a sociedade civil Africana e o sector privado para melhor apropriarem-se da Agenda de Integração Africana;

iv. **Convidamos** os Bancos a partilhar riscos com Empresas Africanas de modo a facilitar a Agenda Africana de Infra-estruturas;

Estudo sobre o Fundo Africano de Integração

- i. **Solicitamos** a CUA para destacar claramente a agregação de valores da (capacitação, conhecimento e a partilha de boas práticas, apoio institucional, estudos de pré-viabilidade e de viabilidade de financiamento) do fundo de Integração Africana (AIF) em comparação com outros Fundos (Fundo 50 de África e os Fundos das CER e do planeado Banco Africano de Investimento), bem como identificar as ligações entre a AIF;

- ii. **Recomendamos** a criação do Fundo Africano de Integração para acelerar a implementação do MIP e dos programas prioritários da UA;
- iii. **Instamos** aos Estados-membros a garantir que os fundos sejam alocados para o Fundo de integração para a instalação da preparação do projecto e de capacitação, tanto ao nível regional assim como ao nacional. Deve ser dada prioridade às PPPs, ao BAD e ao Fundo 50 de África.

Índice Africano de Integração Regional (ARII)

- i. **Aprovamos** a metodologia proposta e o conjunto de indicadores da ARII; e
- ii. **Solicitamos** a CUA e a UNECA a:
 - Usar os três seguintes critérios na projeção do índice: simplicidade; agregação de valores em relação a actual avaliação qualitativa e quantitativa do progresso de RI; e instrumento de tomada de decisão para UA/CUA, CER e Estados-membros;
 - Integrar elementos de igualdade de género no índice; e
 - Fazer amplas consultas com os Estados-membros e as CER sobre os indicadores de integração regional e os critérios para a selecção de áreas prioritárias;

Actualização sobre o Comércio Intra-Africano e Criação da Zona Continental de Comércio Livre

- i. **Apelamos** aos Estados-membros a:
 - Estabelecer quadros regulares para o diálogo institucionalizado de todas as partes envolvidas no processo de integração, entre os Governos, sector privado e a sociedade civil, a fim de torná-los melhores proprietários da Agenda de integração;
 - Adoptar uma estratégia abrangente para a negociação de parcerias estratégicas;
 - Acelerar a liberalização da livre circulação de pessoas, através da remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias;
 - Encorajar as abordagens bilaterais e regionais a fim de impulsionar o comércio intra-Africano;
- ii. **Solicitamos** a CUA a:

- Velar pelo faseamento e sequenciamento das negociações da CFTA com base nas lições aprendidas a partir das negociações da Zona do Comércio Livre Tripartido em relação ao "Princípio de Acervo" e de "Geometria Variável" entre outros;
- i. Estabelecer um programa de capacitação para os Estados-membros, as CER e a CUA de modo que se envolvam de forma significativa nas negociações comerciais regionais, continentais e internacionais;
- ii. Estabelecer sinergias entre a capacitação, as infra-estruturas e a promoção do comércio intra-Africano;

Posição Comum Africana (PCA) sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e a Agenda 2063 de África

i. **Solicitamos** a CUA a:

- Tomar medidas necessárias para garantir a disseminação e popularização abrangente da Agenda 2063 e da PCA Pós-2015 em todos os níveis (Continental, regional e nacional) e a todos os intervenientes, sobretudo, ao nível das organizações de base, com vista a assegurar a apropriação desses importantes instrumentos de desenvolvimento de África. A CUA deve desenvolver uma estratégia de comunicação sobre a Agenda 2063, que inclui entre outros, a divulgação de mensagens por meio de Rádio, TV e outros canais.
- Assegurar a Monitorização robusta e de Quadro de Avaliação associado aos Estados-membros, a fim de garantir o rastreamento eficaz do progresso da implementação da Agenda 2063;
- Garantir que a Agenda 2063 forneça um quadro coerente e abrangente, que integra todos os programas regionais e continentais (por exemplo: PIDA, CADDP, BIAT / CTFA, etc.).

ii. **Apelamos** aos Estados-membros a:

- Realizarem consultas nacionais com vista a enriquecer o documento da Agenda 2063, tendo em conta que é um trabalho em curso e apresentar os seus contributos à CUA até 31 de Outubro de 2014, conforme a solicitação do Conselho Executivo em Malabo, em Junho de 2014. Os Seminários Nacionais devem igualmente identificar medidas concretas para assegurar as ligações entre a Agenda 2063 e os planos de desenvolvimento nacionais dos Estados-membros;
- Manifestar forte compromisso financeiro para garantir a plena implementação da Agenda 2063;
- Implementar mecanismos Institucionais adequados (por exemplo: uma Unidade Nacional no Ministério apropriado) para garantir a visibilidade da

- Agenda 2063 e pôr em prática o quadro de apoio adequado;
- Tomar medidas necessárias para a remoção da exigência de visto de entrada para os cidadãos Africanos e trabalhar para a emissão do Passaporte Africano.
- iii. **Solicitamos** a CUA e aos Estados-membros para agilizar o estabelecimento dum sistema de educação forte, harmonizar os currículos e estabelecer uma Autoridade Africana de Qualificação para garantir uma revolução de habilidades, e incentivar a livre circulação de estudantes e jovens.
- iv. **Solicitar** a CUA a convocar, a partir do próximo ano, o Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração.

Votos de agradecimento

Exprimimos o nosso profundo agradecimento e apreço às Autoridades da Suazilândia, pelas boas-vindas calorosas conferidas às várias delegações e pelas instalações colocadas à sua disposição, o que contribuiu para as conclusões e deliberações frutíferas.

Finalmente, **convidamos a** cada Estado-membro e todos os intervenientes a implementar as recomendações da nossa Conferência.

Feita em Ezulwini, Swazilândia, aos 18 de Julho de 2014.

2015

The 7th Conference of African ministers in charge of integration (COMAI VII), Ezulwini, Swaziland, 17-18 JULY 2014

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4713>

Downloaded from African Union Common Repository